

CEDI - P. I. B.  
 DATA 21, 08, 86  
 COD KGD11

Chegamos em Guarita em maio de 1980. Em Brasília a área era tida como muito problemática, sendo recusada por vários candidatos à chefia de posto. Em 3 (três) anos haviam passado por 10 (dez) chefes de posto. O que nos antecedeu - sendo depois chefe da Agência de Barra do Garças - teria permanecido, continuamente, por 6 meses. Saindo por desavenças com os índios e ameaçado por brancos que exploravam a área. Ligado à 4ª DR - Curitiba, esse chefe mudou a sede do posto do Irapuã para o CTPCC- Escola de Formação de Professores Indígenas Kaingang e Guarani - após conflito com os índios. Na nossa passagem por Curitiba, o Delegado solicitou que se mantivesse a sede do posto no CTPCC até que conhecêssemos a comunidade.

O Cacique e a liderança deixaram claro que não éramos bem recebidos. "Não precisavam mais da FUNAI". A população, de modo geral, indiferente.

Situação encontrada: dos 23.000 ha da área, cerca de 12.000 estão desmatados, terra muito fértil, se prestando à agricultura mecanizada. Quase toda área arrendada para monocultura de soja, milho e trigo. Os índios não tinham autonomia para arrendar sua própria terra. Todo negócio era feito através do Cacique que ganhava uma porcentagem por cada arrendamento feito. Entre os Kaingang a terra é distribuída pelo Cacique. Os índios que não queriam arrendar eram forçados a isto sob pena de punição - prisão indígena. Muitas vezes ocorreu de o índio estar lavrando a terra para plantio e chegar o branco acompanhado de uma autoridade indígena avisando que sua terra estava arrendada. Eram raros os arrendamentos para pequenos proprietários, digo, colonos. A maioria dos arrendatários eram ricos proprietários - prefeitos, comerciantes, advogados - de cidades vizinhas à área. Sabe-se de um prefeito de Tenente Portela (biônico, área de segurança, fronteira) que pagava os arrendamentos com gastos em seu mercado. No final da colheita o índio estava sempre "devendo" no mercado, teria que arrendar novamente.

Essa prática de arrendamento foi adquirida com a atuação da CPI-Comissão do Patrimônio Indígena- que tinha 1.000 ha de terra pra Projetos Agrícolas. Enquanto a FUNAI, administração do posto, não tinha crédito nas cidades, a CPI era autônoma e tinha crédito livre no comércio das cidades, bons carros para o trabalho, verdadeiras mansões para seus funcionários, etc. Todo dinheiro arrecadado pelo Projeto da CPI era remetido para Curitiba e Brasília quando muitas vezes o posto não tinha verba para medicamentos.

Quando chegamos em Guarita, nos acompanhava uma comissão de sindicância da 4ª DR para averiguar desvio de dinheiro, por parte de funcionários da CPI.

Foi provado o roubo e funcionários demitidos. Os 1.000 ha de terra voltaram ao poder da liderança. Situação da distribuição de terra na época: o Cacique -cerca de 600 ha; o Capitão geral- 800 ha; o Capitão do Irapuã -600 ha. Conhecemos famílias que tinham 4 ha e algumas que não tinham nenhuma terra. Outro recurso manipulado pela liderança: a madeira. O posto tinha serraria e marcenaria controlados pelos DGPI. Fechadas pela FUNAI com a extinção do DGPI. Toda madeira verde, inclusive os últimos pinheiros da área, era vendida pela liderança. Cargas de toras foram vendidas por cachaça. Calcula-se que em determinadas épocas (81) tenha saído Cr\$ 1.000.000,00 por dia de madeira da área. Houve intervenção da Polícia Federal/IBDF; numa batida foram multadas e fechadas cerca de 14 serrarias nas vizinhanças.

Essa madeira não voltava beneficiada, digo, beneficiando os índios, que moram em condições precaríssimas.

Todo esse sistema tinha sua salvaguarda numa polícia indígena, altamente repressora. Qualquer reação era punida com prisão e maus tratos. A comunidade vivia aterrorizada.

Ficamos completamente desorientados durante a nossa chegada e até compreender toda essa situação. Buscar um esquema repressivo externo era uma medida suicida, já que toda liderança estava envolvida na corrupção.

Um fato pra se evidenciar esse estado de coisas: em 1981, no dia 19/abril - Dia do Índio, foi realizado um tradicional churrasco, promovido pela liderança, na sede do Irapuã, onde mora o Cacique. Todos os índios foram obrigados a colaborar com Cr\$ 2.000,00 se se tratasse de um casal e com Cr\$ 1000,00 se fosse rapaz solteiro. Os que não colaboraram foram presos. E o churrasco foi todo pra brancos que exploravam a área. Calculamos cerca de 80 brancos, ricos, acompanhados das respectivas famílias. Os índios que comeram alguma carne trouxeram de casa.

O que Rui procurou fazer foi melhorar as condições de assistência: atendimento nas enfermarias, funcionamento das escolas indígenas, tentar retomar alguma proposta de trabalho de agentes da FUNAI na área. Reivindicou que a FUNAI abrisse novamente a serraria como forma de resolver o uso indevido da madeira, beneficiando a comunidade e a criação de um 2º posto para aumentar os recursos humanos e financeiros necessários para uma área de cerca de 2500 índios. Em julho de 81 foi criada a 13ª DR que passou a atender os postos indígenas do RS.

O Cacique foi envolvido nessa campanha, vindo inclusive à Posto Alegre para tratar do assunto da serraria com o Delegado.

Tudo isso foi um processo muito demorado de tentar uma reorganização da comunidade tentando aproveitar o que a FUNAI podia oferecer.

Apesar da demora, em agosto/81 foi aberta a serraria e criado o FI São João do Irapuã. A produção da serraria seria administrada por uma cooperativa. Em outubro/81 chega para assumir o novo FI o Sr. Albertino Soares Pereira Filho que encontra todos esses fatores favoráveis: a liderança apoiando essas medidas favorecendo uma atuação.

A princípio houve contrariedade da liderança em relação à criação de outro posto, alegando que haveria divisão política da área com o aparecimento de outro Cacique. O trabalho de esclarecimento da comunidade de que haveria somente uma divisão para fins administrativos foi feito pela Sra. Vilma do Prado Saldanha Lima, na época assessora da Presidência da FUNAI.

Durante a presença de D.Vilma chega Albertino.

A proposta da Associação (viu-se que como tutelado o índio não poderia criar uma Cooperativa) foi feita pela referida senhora como forma de administrar os recursos gerados pela serraria/mercenaria e exploração da madeira.

Em novembro/81 foi realizada a eleição da diretoria da Associação Indígena dos Produtores Rurais do Guarita - assessorada por D.Vilma. Quase toda população adulta masculina presente. Numa votação democrática formou-se a diretoria: Neri Kamã-tí Ribeiro-Presidente (monitor bilíngue, estudante do 2º ano de estudos sociais em Ijuí); Secretários: Luis Alá-Van-fy Juvêncio (monitor bilíngue) Elciz Jacinto; Tesoureiro: Lourival Ribeiro (funcionário da FUNAI); e de ~~mais~~ funções suplentes todos índios.

Apesar da Associação ser administrativamente uma entidade autônoma, as decisões e definição de objetivos foram tomadas por Albertino como: -contratação de funcionários não índios para trabalhar na contabilidade da Associação; entre esses um Sr. Marco Aurélio, considerado um ladrão pela comunidade indígena (foi demitido pela 4ª DR após sindicância das atividades da CPI). O Cacique se opôs a essa medida e toda direção da Associação. Houve uma reunião com Albertino em que pediram que Marco Aurélio saísse. Durante a reunião, pressionado ele aceitou. No dia seguinte não só manteve o referido como contratou sua mulher pra ajudar no escritório (serviu chimarrão). Alegou não ter provas e de ser amigo de infância do cidadão;

- instituiu um salário de Cr\$ 100.000,00 para o Cacique- funcionário da FUNAI;
- colocou como objetivos da Associação a construção de 05 escolas (cinco) ao preço de Cr\$ 5.000.000,00 cada uma. (Dessas somente 2 (duas) seriam realmente necessárias, mas poderiam ser construídas com madeira beneficiada pela Serraria.)

Procurou uma firma de Sto. Angelo/RS e, sem licitação, propôs a essa firma a construção. Todos os membros da Associação foram contra o negócio, inclusive Rui, achando que era um investimento muito grande quando se estava apenas começando.

Depois de muita discussão, o Nery autorizou tendo por base uma informação de Albertino de que o prazo de pagamento era de 20 (vinte) anos. Depois o Presidente da Associação ficou sabendo que o prazo era de 180 dias;  
- ao invés de se construir um campo de futebol, propunha a construção de clubes com saunas (!) e tratamento fisioterápico (!), taxando de "preconceituosos" de "pensar pequeno" quem fazia alguma crítica. Explicava que o Nery era inexperiente e imaturo, por isso decidia por ele. Em resumo, munido de uma extrema capacidade de mobilização, através de uma linguagem aliciante, o "indigenista" induziu a comunidade indígena e a Associação em Cr\$ 30.000.000,00 (o que se conseguiu levantar até agora). Dizendo tratar-se não de dívida mas de "investimento".

Afirmado que o índio devia virar "empresário", criou uma expectativa de produção estranha para quem vinha de experiências com grupos do Norte. Entre seus planos, esse vencido por posição contrária de Rui,<sup>(\*)</sup> foi montar outra serraria, agora entregue aos Guarani, que por sua força de resistência nem arrendavam suas terras. Não aceitando que os Guarani não entrassem num esquema de produção, retirou a única junta de bois da comunidade Guarani e entregou a uma família Kaingang. Posteriormente a referida junta de bois foi vendida por um elemento branco ligado a ele. Um dos "frutos" do seu trabalho foi convencer o Sr. Valdomiro Guarani que deveria arrendar as terras do Toldo Guarani.

Dizendo que o índio deve "gastar muito" afirma que todo funcionário deve colocar seu salário à disposição, que somente ela seria capaz de tal "despreendimento" enquanto os demais só trabalhavam pelo salário, "não valendo pra bolacha se saíssem da FUNAI". Nisso nos envolveu, citando salários que os funcionários recebiam, inclusive os monitores.

Se dizendo como índio, viveria de "raízes" se a FUNAI o tirasse da área (quando esteve em Brasília, mesmo tendo diárias, tirou notas de Hotel e restaurantes no nome da Associação; fazia passeios com a família pagando despesas com notas tiradas em nome da Associação).

O Delegado da 13ª DR, depois de começar a receber credores da Associação em Porto Alegre, resolveu formar uma comissão para levantar a situação contábil da Associação.

Essa Comissão começou o trabalho em Guarita; quando já tinha documentos dos Cr\$ 30.000.000,00 de dívidas Albertino manipulou o Cacique e autoridades fazendo com que "prendessem" os elementos da Comissão, até que o DGO chegasse. Armou a coisa de tal modo que Rui foi quem comunicou o fato à Comissão quando estava na sede do PI Guarita. Enquanto Rui, o Cacique e Nery iam telefonar para o DGO e a Delegacia colocou os índios para vigiar funcionários do PI Guarita. O Delegado pediu que o Cacique liberasse os detidos que deveriam voltar no dia seguin

(\*) chefe do P.I.

te. Quando retornaram o Neri explicou à Comissão que Albertino é que tinha manipulado tudo.

Um dado importante: quando estávamos de férias ficamos sabendo que o Cacique Sebastião Alfaite tinha caído. Depois que voltamos não conseguimos compreender o que tinha causado o fato e por que o novo Cacique era o Sr. Ivo Ribeiro. Mais tarde ficamos sabendo que o Sr. Alfaite veio em Porto Alegre explicando para o delegado que tinha havido um golpe e que a passagem do poder tinha sido na ausência dele.

Albertino voltou a articular o poder repressivo e amedrontador da policia indígena, ameaçando prender até alunos que desistissem dos estudos. Está redigindo junto com o Cacique uma "lei" autorizando a prisão de funcionários índios ou não-índios que não aceitem sua orientação.

Radiogramas ou Ofícios de seu posto com medidas arbitrárias passaram a ser assinados por ele e o Cacique. (segue cópia do Memorando p/exemplo. O assunto deste Memo. diz respeito a informações que chegaram na DR de que remessa de merenda escolar não foi distribuída nas<sup>2</sup> escolas do posto, "brindando" pessoas com gêneros da merenda, pagando em merenda serviços prestados por brancos etc.)

Para consolidar sua posição passou a dizer que na área não cabia dois chefes de posto. Todas as críticas que Rui fez de seus planos ou decisões eram desmoralizadas com argumentos de que Rui era racista ou que não queria ver o progresso dos índios.

Além de sua interferência destrutiva na Associação, abandonou toda atividade assistencial do posto. Dizendo que os índios devem podemquebrar carros e máquinas, entregou tratores e a Kombi pra quem quizesse dirigir. Hoje a Kombi tem um ano e meio e a quarta reforma de motor. A escola indígena funciona precariamente. Na cozinha da escola alojou os pais (brancos) da empregada de sua família para morar na área. Para liberar o carro para levar doente para a cidade teve que ser ameaçado por um índio.

Seu método é a corrupção. As dívidas iniciais da Associação foram do Cacique e lideranças que retiraram dinheiro sem possibilidade de reposição. Só o antigo Cacique deve Cr\$ 600.000,00.

Uma decisão que tomou e que não estava sendo aceita pela Associação e por Rui é que se cobrararia do índio a madeira que comprasse. O preço é o do mercado local sendo que o índio teria 30% de desconto, o que dentro da pobreza da população não facilita nada.

Saímos da área unicamente pelos conflitos com Albertino e numa forma de chamar a atenção da FUNAI para o que estava acontecendo.

Porto Alegre, 2 de setembro de 1982

Susana Martelletti Grillo Guimarães



MINISTÉRIO DO INTERIOR

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI  
PÓSTO INDÍGENA SÃO JOÃO DO IRAPUÁ

*Seve o fato, a facção do DGO, tal procedimento.*  
*Facédido, ao conluce*  
*folicitar do orien-*  
*procedimento.*  
07 SET 1982  
Delegado Regional de  
B.ª ORIFUMAI

Em 20/08/1.982

MEM. Nº 075/PISJI/82

Do: \_\_\_\_\_ CHEFE DO PI SÃO JOÃO DO IRAPUÁ

Ao: \_\_\_\_\_ SR. DELEGADO REGIONAL / 13ª DR C/CÓPIA DIR. DGO

Assunto: \_\_\_\_\_ REFA CIRCULAR 110 / 13ª DR

Senhor Delegado,

Merenda está sendo distribuída de acordo com liderança da comunidade, esta sendo distribuída para índios necessitados que carecem melhor alimentação, continuamos a distribuição. Nossa meta é atender pelo menos as mínimas necessidades da comunidade que convivemos.

Estranhamos RLC 110 / 13ª DR de 17.08.82, visto que na época que soubemos da merenda, comentamos que a Prefeitura de Redentora nos fornece para as escolas a merenda que atende a demanda e que aproveitariamos esta, para atender e minimizar a fome, o frio e todas agruras que sofre o Kain-gang, por infelizmente estar sujeito a diretrizes impessoais e excessivamente burocratizada. Conversamos com Supervisora de Ensino e Titular da DR. a respeito

Nosso trabalho prima pela promoção e respeito humano.

Pedimos encarecidamente que o fato seja levado ao conhecimento do DGO, pois temos certeza estarmos atendendo primordialmente as mais ínfimas necessidades da comunidade.

A liderança está consciente de suas potencialidade, necessidades e possibilidades.

Infelizmente estamos sendo tolhidos em medidas coerentes com as finalidades da FUNAI.

Atenciosamente

*ALBERTINO PEREIRA SOARES FILHO*  
ALBERTINO PEREIRA SOARES FILHO  
CHEFE P. I. SÃO JOÃO DO IRAPUÁ  
PORTARIA 444/P DE 20/08/82

LEMO, SR.  
SEVERINO DE TONI  
SR. DELEGADO REGIONAL / 13ª DR  
90.000/PORTO ALEGRE - RS.

*VISTO*  
AVO RIBEIRO-CROCIQUE.